

CURSO DE LIBRAS NA FORMAÇÃO DE SOLDADO DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO - REFLEXO NO DESEMPENHO DO POLICIAL MILITAR

Douglas Rosendo Nunes Azevedo¹
Gabriel Olsen Azeredo Fabris
Gleison Rodrigues Godoy
Samir Romário de Arruda Bastos
Bárbara Botelho de Lira Cardoso²

RESUMO

O objetivo do trabalho é dar ciência do reflexo do desempenho dos policiais militares após a sua formação de soldado pela polícia militar do estado de Mato Grosso. Este trabalho de conclusão de curso apresenta em formas de tópicos a pesquisa realizada por meio de referências bibliográficas, pesquisa de campo qualitativa com abordagem participativa, análise de conteúdos e estudos realizados em grupos com a comunidade surda. Nele destaca a importância de o soldado saber sinalizar em Libras (Língua brasileira de sinais) para que haja comunicação com os surdos, garantindo uma formação de qualidade e refletindo no desempenho do policial militar. Ocasionalmente assim, uma formação em que os agentes públicos sejam capazes de ter uma comunicação eficaz com as pessoas surdas no decorrer de uma ocorrência policial.

Palavras-chave: *Polícia Militar – Surdo – Comunicação - Educação a Distância.*

ABSTRACT

The objective of this work is to give an insight into the performance of the military police after their formation as a soldier by the military police of the state of Mato Grosso. This work of course completion presents in the form of topics the research carried out through bibliographical references, qualitative field research with participatory approach, content analysis and studies carried out in groups with the deaf community. It highlights the importance of the soldier being able to signal in Libras (Brazilian Sign Language) so that there is communication with the deaf, guaranteeing quality training and reflecting on the performance of the military police officer. This will lead to training in which public officials are able to communicate effectively with deaf people in the course of a police incident.

Keywords: *Military Police – Deaf – Communication - Distance Education.*

¹ Acadêmicos do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública - 30º CFSD - Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMMT.

² Graduada em Pedagogia pelo Instituto Varzeagrandense de Educação - IVE, Pedagoga Especialista em Libras, CODA (Children of Deaf Adults - filhos de pais surdos).

INTRODUÇÃO

Segundo censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 100, 338 mil mato-grossenses possuem algum tipo de deficiência auditiva. Dado que o Poder Público, conforme o artigo 2º da Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, tem o dever de assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos; inclusive dos direitos à educação; à saúde; ao trabalho; ao lazer; e de outros que, decorrente da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Desse modo, o Governo por meio de políticas públicas oferece, entre outros, um curso de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para agentes de segurança pública. Curso disponibilizado na modalidade de Educação à Distância (EAD), na plataforma da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que proporciona em sua ementa; exercitar o alfabeto manual de Libras, compreender a construção de frases em Libras; utilizar os sinais de alguns verbos, os marcadores dos tempos verbais e o sistema pronominal da Libras, além de analisar o breve histórico sobre a construção de políticas públicas para a promoção do acesso as pessoas com deficiência aos direitos sociais e civis e valorizar a capacitação dos servidores públicos em Libras para o atendimento às pessoas surdas.

O artigo 78 do Código Tributário Nacional conceitua o Poder de Polícia, como a liberdade da administração pública de agir dentro dos limites legais (poder discricionário), limitando se necessário, as liberdades individuais em favor do interesse maior da coletividade. Todavia, quando o indivíduo é surdo, a situação torna-se mais delicada, haja vista que não é possível efetivar uma comunicação plena entre o agente e o indivíduo.

Fazendo com que o agente público de segurança deva estar mais atento, para que não haja problemas na interpretação da conduta do abordado, desencadeando o uso da força de forma equivocada. Nesse sentido, a polícia e o corpo de bombeiro nas atribuições do seu serviço rotineiro, em atendimento as ocorrências emergenciais diversas, compreende-se que se faz necessário o

conhecimento da Libras, para que possíveis problemas possam ser evitados com a devida comunicação.

Como garantia proporcionada na Lei de nº10.098, de 19 de dezembro de 2000, a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência³ no artigo 2º, inciso 1; acessibilidade possibilita e condiciona o alcance para utilização com segurança e autonomia, de diversos espaços, transportes, informações e comunicação.

Em suma, com esse trabalho pretende-se analisar as reflexões do aluno do 3º Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, a fim de avaliar o nível de aprendizagem no curso de Libras disponibilizado e o desempenho em se comunicar.

1. LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS

1.1 HISTÓRIA DE LIBRAS NO BRASIL

Assim como qualquer outra língua, a história da Libras tem os mesmos princípios. Sabe-se que a língua portuguesa, italiano, catalão, romeno, francês, espanhol foram difundidas do latim, através de séculos. O que pode salientar disso é que todas essas línguas fazem parte de uma única família linguística. A língua portuguesa no Brasil sofreu alterações na pronúncia, no vocabulário e na sintaxe, com a Libras aconteceu a mesma coisa. O surgimento da língua de sinais nas comunidades surdas brasileiras é incerto, no entanto, ela foi criada por homens que concederam o resgate de um sistema comunicativo do canal gestual/visual. Prova disso é o que Albres (2005) expressa em seu artigo:

No caso da língua brasileira de sinais, em que o canal perceptual é diferente, por ser uma língua de modalidade gestual visual, a mesma não teve sua origem da língua portuguesa; que é constituída pela oralidade, portanto considerada oral-auditiva; mas em outra língua de modalidade gestual visual, a Língua de Sinais Francesa, apesar de a língua portuguesa ter influenciado diretamente a construção lexical da língua brasileira de sinais, mas apenas por meio de adaptações por serem línguas em contato. (ALBRES, 2005, p. 1)

³ O terno referido era utilizado antigamente, porém na atualidade se utiliza pessoa com deficiência, de acordo portaria SEDH n. 2.344, de 3 de novembro de 2010

O fato é que a educação de pessoas surdas iniciou-se com Pedro Ponce de Leon (1520-1584), na Europa. Antes disso, o uso de línguas de sinais nas escolas e internatos era uma prática proibida, e quem fosse descoberto sofria punições rígidas.

No Brasil, até o final do século XV, os surdos eram encarados como incapazes de serem educados. Assim, aos zelos de D. Pedro II, Eduard Huet (1822-1882), professor surdo francês que possui mestrado em Paris, veio ao Brasil com a intenção de inaugurar uma escola com os moldes da educação de surdos da Europa.

A princípio, o alfabeto manual de Libras foi criado com base em origem francesa. No Rio de Janeiro a primeira escola para surdos nomeada como Instituto de Educação dos Surdos (INES), foi fundada em 26 de setembro 1857, data marcada como dia Nacional dos Surdos no Brasil.

Huet, depois de difundir os conhecimentos de Educação Europeia e ensinar o alfabeto manual para surdos, ele partiu para o México devido a problemas pessoais. Com o ocorrido, o Instituto ficou no comando de Frei do Carmo.

A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), espaço conquistado pelos surdos. Nesse local, são compartilhadas as ideias, valores, significados, sentimentos, concepções que são levados para sua cultura, além de expor todo tipo de artes, como o teatro e a poesia surda.

1.2 O QUE É A SURDEZ?

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a deficiência auditiva afeta cerca de 10% da população mundial, sendo a principal causa a deficiência física crônica, sem tratamento no mundo, nos dias atuais. Ademais, a OMS ainda afirma que em cada 1000 crianças 5,95 tem algum problema auditivo ao nascimento.

A surdez representa a perda maior ou menor da compreensão normal dos sons. Atualmente, nota-se a existência de diversos modelos de surdez, conforme os diferentes graus de perda na audição.

Pela área da saúde e educacional, o indivíduo com surdez pode ser considerado:

Parcialmente surdo (com deficiência auditiva - DA)

a) Pessoa com surdez leve- apresenta perda auditiva de até quarenta decibéis⁴. Essa perda impede que o indivíduo perceba igualmente todos os fonemas das palavras. Além disso, a voz fraca ou distante não é ouvida.

b) Pessoa com surdez moderada- apresenta perda auditiva entre quarenta a setenta decibéis. Esses limites se encontram no nível de percepção da palavra, sendo necessária uma voz de certa intensidade para que seja convenientemente percebido. Além disso, tem maior dificuldade de discriminação auditiva em ambientes ruidosos.

Surdo

a) Pessoa com surdez severa- apresenta perda auditiva entre setenta e noventa decibéis, permitindo que o indivíduo identifique alguns ruídos familiares e poderá perceber apenas a voz forte, pode chegar até os quatro ou cinco anos sem aprender a falar.

b) Pessoa com surdez profunda- apresenta perda auditiva superior a noventa decibéis. A gravidade dessa perda é tal que o priva das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo- o de adquirir a língua oral. Esse indivíduo geralmente utiliza uma linguagem gestual, e poderá ter pleno desenvolvimento linguístico por meio da língua de sinais. (Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, p. 20)

Primordialmente, a língua materna é uma língua adquirida naturalmente pelos indivíduos em seu contexto familiar. Introduzida no meio linguístico, qualquer criança ouvinte chega à escola falando sua língua materna, fazendo com que a escola apenas sistematize o conhecimento. Como quase todas as crianças surdas não têm dicção linguística igual aos ouvintes em suas famílias, fazendo com que a escola passe a arcar com a função de proporcionar condições para obtenção da língua de sinais e para o aprendizado da língua portuguesa.

As formas de atendimento para os indivíduos com surdez estão associadas às circunstâncias individuais do educando e às opções da família. O nível e o tipo da ausência auditiva, a tempo em que acontece a surdez e a idade em que se iniciou a sua educação são causas que determinam importantes particularidades em ligação ao tipo de atendimento a ser desenvolvido, visando os resultados.

Quão maior for o desvio auditivo, maior será o tempo em que necessitará obter atendimento especializado para captar a língua portuguesa falada. Análogo a isso, a perda auditiva não traz algum problema linguístico para o avanço e

⁴ O termo dB (decibéis) e escala de decibéis são usados mundialmente para medir o nível de som. A escala de decibéis é uma escala logarítmica, em que a duplicação da pressão do som corresponde a 6 decibéis no aumento de nível.

consecução da língua brasileira de sinais - Libras “Art. 4º É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias: II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1. ”

Tendo em vista 000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004). Que os surdos são considerados deficientes, de acordo com o Decreto nº 3.298, de dezembro de 1999.

Podem então, usufruir dos direitos individuais de exercício, estabelecidos pela Lei 7.853, de outubro de 1989.

1.3 CONCEITO DE LIBRAS

A Libras é a língua que as pessoas surdas utilizam naturalmente no Brasil, assim como a língua portuguesa. Ela é definida como língua visual-motora, visual-espacial ou gestual-visual, usando os olhos e as mãos respectivamente são os canais de recepção e produção. Devido a isso para produção de frases, as mãos combinam com às expressões corporais e faciais.

Os usuários da Libras trazem suas experiências visuais utilizadas naturalmente da comunidade surda. O surdo, em sua maioria, apresenta perfil amigável em se tratar de ensinar Libras, conseqüentemente mais familiares e variados profissionais aprendem essa língua.

A gramática da Libras é constituída por elementos característicos das palavras ou eixos lexicais, estruturados a partir de mecanismos morfológicos, sintáticos e semânticos específicos, seguindo princípios básicos gerais. Esses artifícios são usados na geração de estruturas linguísticas, que possibilitam na produção de inúmeras frases com um número finito de regras. Além de apresentar componentes pragmáticos convencionais permitindo aos usuários produzir sentidos metafóricos, ironias e outros significados não literais, complementando as variadas circunstâncias linguísticas do dia a dia.

1.4 O QUE A LEI DIZ SOBRE LIBRAS

As leis que regem nosso país servem para assegurar a boa qualidade dos serviços oferecidos à população, tal qual a ordem pública. A lei referente a Libras foi empregada com este objetivo e também para atestá-la como língua.

A origem desta lei iniciou-se a partir de um gesto de comoção das autoridades para assegurar a educação e qualidade de vida dos surdos. Independentemente desta conquista política, sabe-se que as leis que conduzem a educação dos surdos ainda estão em etapa de justaposição, de forma que novas necessidades aparecem ao longo dos anos. As primeiras leis referentes a Libras foram:

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudióloga e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente. Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2002)

O art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000: “O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.”

Em 2 de Dezembro de 2005, foi concebido o Decreto nº 5.626 para dar autenticidade as leis já permanentes e somar outros passos importantes, que são excessivamente vantajosos ao progresso da Libras no campo social e escolar.

A Lei nº 10.436 distinguiu a Libras como uma língua oficial no Brasil: “é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Libras e outros recursos de expressão a ela associados” (Art. 1º). E determina em seu parágrafo único:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2005).

Após esta identificação foi possível situar a Libras em um nível de uniformidade com a língua portuguesa, fazendo com que nosso país passasse a ter duas línguas oficiais, assim sendo, a Libras sendo a primeira língua e a Portuguesa como segunda língua.

2. QUEM PODE SER PROFESSOR?

Para ministrar aula os professores precisam ser habilitados conforme o decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a lei Nº 10.436/2002 da legislação brasileira, que discorre sobre a formação de professores para atuar em educação superior, os que possuírem graduação com a formação em letras/Libras, apresentando o certificado de proficiência, ou ter licenciatura e curso de pós-graduação em Libras:

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue.

Art. 7º Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina em cursos de educação superior, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis:

I - Professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;

II - Instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;

III - professor ouvinte bilíngue: Libras - Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2002).

Atendendo a necessidade de melhores titulações para ensino, proporcionando qualidade na educação e graduação dos professores, transmitindo o conteúdo de forma clara e compreensiva, demonstrando profissionalismo pela profissão.

3. O ENSINO À DISTANCIA E SUA IMPLICAÇÃO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO SOLDADO

3.1 O ENSINO

O curso de Libras no EAD tem a carga horária de 60 hora/aula, voltadas ao agente de Segurança Pública Nacional, visando à promoção da acessibilidade de pessoas surdas e sua inclusão social, por meio da comunicação em Libras. Sendo dividido em quatro módulos:

Modulo 1- Língua brasileira de sinais: conceitos importantes

Esse modulo tem por objetivo definir o que é libras, compreender a trajetória histórica das línguas de sinais no mundo e no Brasil e por final exercitar o manual do alfabeto em libras para a pratica do aluno.

Modulo 2- Parâmetros básicos da libras:

A libras tem como base cinco parâmetros, que são elementos que se combinam de forma sequencial e simultânea para a composição dos sinais, são eles: expressão facial, configuração de mão, ponto de articulação, movimento e direcionalidade. Esse modulo tem por objetivo identificar os cinco elementos que serve como parâmetro básico da libras e por final exercitar esses cinco parâmetros.

Modulo 3- Estrutura linguística

Neste modulo será estudado as relações das pessoas surdas, constatando a diferença linguística da libras e português, onde se ampliara os conhecimentos de libras por meio compreensão do processo e construção de frases e utilização de marcadores, com o objetivo de compreender a construção de frases em libras e empregar sinais para meio de transporte e meio de comunicação.

Modulo 4- Cultura, comunidade e identidade surdas

O modulo irá abordar, medidas legais executadas pelo poder público para a promoção do acesso a pessoas com deficiência aos direitos sociais e civis. Com o objetivo valorizar a capacitação dos agentes públicos em libras para o atendimento a pessoas surdas. (SENASP, 2004-2015)

A ementa curricular do curso EAD é adequada para entender sobre os conceitos da Libras e os parâmetros básicos. Contudo, há necessidade de aulas presenciais práticas, para aperfeiçoamento dos sinais ensinados.

Um das dificuldades de aprendizado do curso à distância é entender realmente os sinais feitos pelas mãos nas imagens ilustradas, pois alguns gestos em Libras podem ser diferenciados por mínimos detalhes, onde as imagens não conseguem deixar realmente claro o significado. Tendo em vista que alguns gestos têm o mesmo posicionamento das mãos, apenas sendo diferenciados por um simples movimento.

O curso EAD disponível pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), não qualifica perfeitamente o agente público para ter um diálogo adequado e eficiente com o indivíduo surdo. Tendo em vista que o mesmo, apenas transmite os conhecimentos básicos da Libras como o alfabeto.

3.2 IMPORTÂNCIA DE O POLICIAL SABER COMUNICAR-SE EM LIBRAS

No 30º curso de formação de soldado, está previsto o curso de Libras à distância. Com o intuito de melhorar a prestação de serviço, a promoção, a inclusão e o respeito aos direitos humanos do deficiente, tanto nos aspectos que envolvem sua abordagem quanto ao conhecimento comunicativo para melhor interação entre policiais militares e a pessoa em questão.

Nos diversos modelos da força a ser utilizada pelo policial militar é a sua presença e logo após a verbalização com ordens claras e incisivas para prevenir o uso da força física e até mesmo letal, evitando agravar a ocorrência.

Quando o suspeito é um deficiente auditivo, o agente público deve tentar se comunicar de forma eficiente e clara. Caso o policial militar não possua habilidades com a Libras, condição necessária para comunicação com os surdos, como ele deve agir?

Desse modo, com apenas o curso básico, o policial militar não estará preparado totalmente para lidar com situações e circunstâncias que envolvam os surdos.

Todos os policiais militares devem ter ciência de que o fato da pessoa ser surda não a faz melhor nem pior que as outras, tão pouco mais ou menos ingênuas e devem tomar as mesmas medidas de segurança igualmente a todos cidadãos. O deficiente auditivo pode ter dificuldade para realizar algumas atividades, porém poderá desenvolver outras como as pessoas sem deficiência.

Deste modo, ao mesmo tempo em que é preciso se inteirar dos procedimentos para melhor entender e ser entendido por pessoas surdas em abordagens, também é fundamental que se tenha postura adequada de segurança e que a mesma, não seja negligente em virtude da condição do abordado.

Segundo Figueiredo (2007, p.05) “que a vida de um surdo é repleta de momentos que podem apresentar conflitos sentimentais devido à dificuldade de estabelecer uma comunicação com os ouvintes, desde sua infância até sua maioridade.”

A disciplina de Libras é de suma importância para o curso de formação de soldado da polícia militar. Como o modo de verbalização é diferente, os agentes públicos podem confundir alguns gestos de comunicação das pessoas surdas e tomarem decisões precipitadas, podendo até agravar a situação da ocorrência. Tal fato aponta, fundamental importância para que o policial saiba o básico do curso de Libras, podendo assim, identificar e saber como lidar com essa situação.

3.3 CONSEQUÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO INEFICIENTE ENTRE POLICIAL E PESSOA SURDA

Quando não se tem uma comunicação efetiva entre o abordado e o policial militar, no momento da abordagem, pode haver uma tensão entre os envolvidos além do esperado, podendo gerar transtornos desnecessários.

Conforme informações narradas no artigo científico “Surdos e Segurança Pública:

A Necessidade da Comunicação”, Denise T. Molina⁵diz que:

Para compreender os surdos, primeiramente tem que se conviver com eles, o que é um tanto quanto difícil, pois primeiro tem que ganhar a confiança deles para depois conseguir adentrar nas castas que eles mesmos formam; os surdos têm

⁵ Coordenadora do Programa SENAI de Ações Inclusivas – PSAI

dificuldade de controle emocional, quando tem uma necessidade e não conseguem ser compreendidos. Eles ficam exaltados, às vezes agressivos quando precisam de algo e não obtêm pelo simples fato de não ter comunicação, por conseguinte tem um senso de humor diferente dos ouvintes; Os surdos têm verdadeiro pavor de Policiais, principalmente da Polícia Militar, não sabendo a entrevistada explicar o porquê desta repulsa de polícia, sendo que não é só em Mato Grosso, isso ocorre em todo o Brasil. (MOLINA, 2010)

Segundo Molina para comunicar com surdos é necessário ter conhecimento da cultura surda para que se compreenda seu comportamento.

Prova disso, foi à tragédia ocorrida no dia 7 de janeiro de 2014 em Cuiabá-MT, onde um Policial Militar matou um jovem surdo, fato relatado por Adilson Rosa em site da Mídia News⁶.

Segundo a notícia, o jovem por ser surdo não teria ouvido a ordem para parar e acabou sendo baleado e morreu no local. Ademais, os policiais que atenderam a ocorrência, tinham informação de que um rapaz estava armado ameaçando os moradores, com o jovem foi encontrado uma faca em sua cintura. Familiares e vizinhos se revoltaram achando tudo aquilo uma “trapalhada”.

Em relato na delegacia, o pai do rapaz disse que os policiais eram despreparados para atender a ocorrência, que o filho quase não saía de sua residência e nesse dia ele tinha pulado o muro e saiu para a rua. Os vizinhos com receio do rapaz estar armado acionaram a polícia e a abordagem aconteceu de uma forma ineficiente e trágica.

Diante dos fatos relatados acima, desperta a preocupação em relação a comunicação, sendo que é visível o despreparo do profissional. No entanto, é necessário que o policial militar tenha um mínimo de capacitação para que tais fatos não ocorram.

3.4 PROCEDIMENTOS DE ABORDAGEM POLICIAL PARA SE COMUNICAR COM PESSOA SURDA SEGUNDO A CARTILHA DOS DIREITOS HUMANOS

O Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública, cria a cartilha de atuação policial na proteção dos direitos humanos de

⁶ Site de notícias regionais da cidade de Cuiabá- MT

pessoas em situação de vulnerabilidade. A publicação trata dos procedimentos policiais direcionados aos grupos vulneráveis a violações de direitos humanos e foi produzida em formato de livro de bolso, para facilitar o manuseio e o transporte da publicação pelos policiais.

O quinto tópico da cartilha trata da abordagem a pessoas com deficiência: física/motora; mental/ intelectual; sensória (visual e auditiva). No procedimento de interesse ao trabalho posto, sensorial (visual e auditiva), descrevem as seguintes informações:

Procedimentos na abordagem policial ao DEFICIENTE AUDITIVO:

As pessoas com deficiência auditiva estão propensas a um equívoco que pode ocorrer durante a fase de verbalização da abordagem.

Se o abordado surdo estiver de costas e não visualizar o policial, ele não toma conhecimento da ordem de parar. Assim, o abordado poderá continuar caminhando em frente, dando a falsa impressão de que não está acatando determinação legal de autoridade policial.

Essa situação pode induzir o policial a um erro de interpretação da conduta do abordado e, leva-lo ao uso inadequado de força.

Assim, é necessário que você, policial, perceba que tem ferramentas para se comunicar com a pessoa surda.

A abordagem à pessoa surda segue os mesmos procedimentos operacionais de rotina, mas é necessário estabelecer outro elo de comunicação entre as partes. (SENASP/ MJ, 2013)

Em sequência a cartilha diz a importância de certificar que o abordado veja o policial, além de mostrar os sinais de comando em Libras que devem ser utilizados. Os comandos demonstrados respectivamente são os seguintes: Parado!; Policial!; você é surdo?; levante as mãos!; Mão na cabeça!; levante a camisa! (O policial deve segurar sua gangorra e apontar para levantar); Gire!; mostre-me seu documento de identidade!; você está liberado!; Bom dia/ tarde/ noite!

É importante atentar para detalhes ou atitudes equivocadas como: gritar com o surdo, pois ele não ouve; articular as palavras para facilitar a leitura labial; ao prestar auxílio a pessoa surda tentar se comunicar através da escrita; quando conduzir uma pessoa surda vítima de crime à Delegacia de Polícia para registrar ocorrência, procure esclarecer a ela o que está ocorrendo; inteirar-se de que o surdo entendeu que não está sendo preso; Ao notar agitação na pessoa abordada, faça sinais para ela se acalmar.

No curso de Libras, de ensino à distância, oferecido pela SENASP, não há nenhum material dessa forma, com linguagem simples, objetiva e focada para situações que possam ocorrer na rotina do policial militar. Esse material é necessário e eficaz para auxiliá-lo no dia a dia.

4. ANÁLISE EMPÍRICA DO DESEMPENHO DO ALUNO APÓS A DISCIPLINA DE LIBRAS

Para analisar o real conhecimento adquirido pelos policiais militares após a disciplina de Libras à distância, foi realizada pesquisa com questionários acerca do desempenho do discente, sua confiança para estabelecer comunicação através da linguagem de sinais e o conteúdo ministrado. Foi avaliado o desempenho da apresentação de Libras e os métodos para solucionar as dúvidas dos discentes, verificando se foi compreendido os detalhes de cada gesto ou expressão, a qual se caracteriza a comunicação brasileira de sinais e sua importância para a segurança do policial.

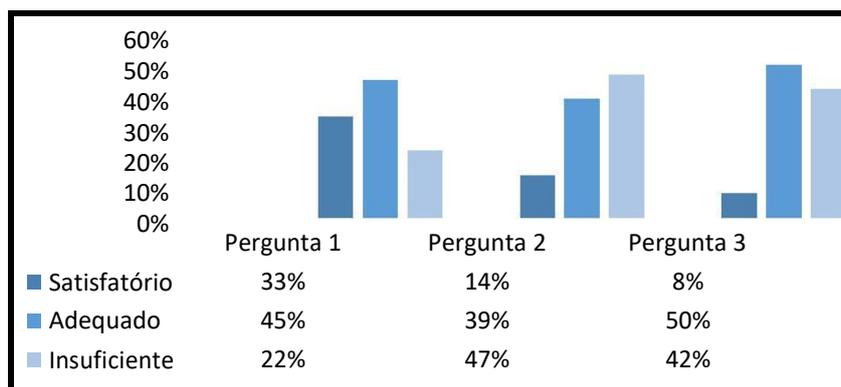
Após a aplicação deste questionário foi feita análises dos resultados da pesquisa com intuito de demonstrar sua eficiência, a melhor modalidade de ensino e os resultados adquiridos na comunicação com o surdo.

5. ANÁLISE DE DADOS

De acordo com a análise desenvolvida por meio de questionários, nota-se que os alunos não levam a sério o método de ensino à distância. Caracterizado por ser de responsabilidade de cada acadêmico, não existindo a figura de um professor, que tem como função mediar e colaborar na ampliação do conhecimento do aluno.

Ademais, o método aplicado deixa o aluno à vontade para conduzir seu estudo. Nesse sentido, a falta de interesse faz com que alguns objetivos não sejam alcançados, gerando problemas como a falta de habilidade no uso social dessa língua.

FIGURA 1 - Índice de qualidade do curso de Libras

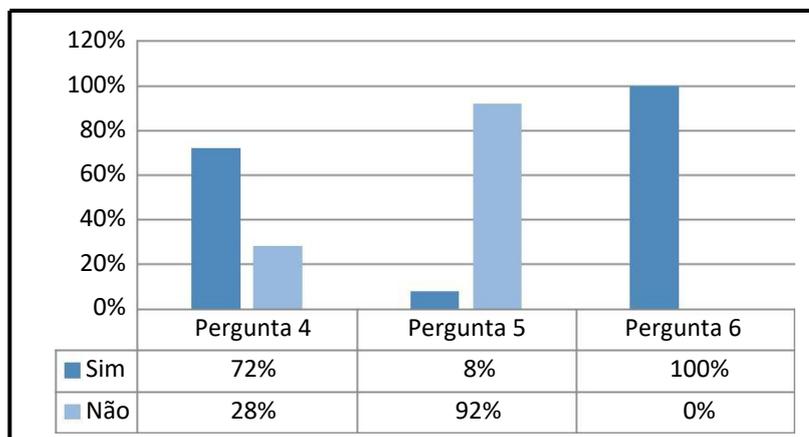


Fonte: Elaboração própria dos autores

Perguntas:

- 1 - O conteúdo ministrado no curso EAD é?
- 2 - Por ser um curso a distância como você julga a apresentação da língua de sinais?
- 3 - Através do curso você conseguiu aprender os detalhes de cada sinal, tendo em vista que muitos são iguais, diferentes apenas no movimento e outros totalmente semelhantes diferenciados por um simples detalhe de posicionamento?

FIGURA 2 - Índice de qualidade do curso de Libras



Fonte: Elaboração própria dos autores

Perguntas:

- 4- O curso oferece algum método para solucionar possíveis dúvidas dos sinais?
- 5 - Com base no conhecimento adquirido no curso EAD, você se sente seguro em se comunicar com um surdo?

6 - Com suas experiências dentro da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso você julga importante a existência do curso de língua de sinais para melhorar o desempenho no seu trabalho?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a proposta deste trabalho é ter ciência do reflexo do desempenho dos policiais militares após a conclusão do curso de formação de soldado do estado de Mato Grosso.

A legislação auxilia e protege ações voltadas para difusão e uso da Libras, no entanto nota-se que por questões políticas burocráticas dificultam os objetivos das leis, sendo assim, ineficaz para a realidade.

O ideal seria que a disciplina fosse na modalidade presencial considerando que a língua de sinais é rica em características e detalhes visual/espacial onde as imagens não conseguem deixar claro o significado. Tendo em vista que alguns sinais têm o posicionamento das mãos apenas sendo diferenciando por um simples movimento.

Com a aula presencial o professor pode observar todos os aspectos e corrigir todos os detalhes que a língua de sinais exige para estabelecer uma comunicação com uma pessoa surda, a figura do professor também tem o papel de estimular o aluno a aprender e a interagir, quebrando o medo de fazer o uso da língua de forma inadequada.

O curso EAD disponível pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), não oferece nada a respeito da atuação policial militar frente a comunidade surda que é o principal objetivo da existência do curso de Libras na formação do policial militar, o curso disponível não qualifica perfeitamente o agente público para ter um diálogo adequado e eficiente com o indivíduo surdo. Tendo em vista que o mesmo, apenas transmite os conhecimentos básicos da Libras como o alfabeto. Desse modo, com apenas o curso básico, o policial militar não estará preparado para lidar com situações e circunstâncias que envolvam pessoas surdas.

Após estudo e análise de todos os questionários e pesquisas realizadas, observou-se que o meio mais eficiente seria o modo presencial, justificando assim a realização do nosso trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBRES, Neiva de Aquino. **História da língua de sinais em Campo Grande**. Mato Grosso do Sul- Arara Azul, 2005.

AZEREDO, Eduardo. **Língua Brasileira de Sinais- “Uma conquista histórica”**. Brasília-Distrito Federal, 2006.

BENTO, Ricardo Ferreira. **Surdez**. São Paulo, 2011.

BRASIL, Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal. [et. al.]. **Saberes e pratica de inclusão**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999.

_____. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005.

_____. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000.

_____. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002.

BRASIL. Secretaria de Segurança Pública. **Atuação policial na proteção dos direitos humanos de pessoas em situação de vulnerabilidade**: cartilha / Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília: SENASP/MJ, 2013.

BRITO et al. (org). **Língua Brasileira de Sinais**. Brasília, 1998. v3.

FELIPE, T.A. **Introdução à Gramática da Libras**. Brasília, 1998. v3.

FIGUEIREDO, Barbara Botelho. **Filhos de pais surdos uma relação “im” possível**. INVEST na educação, Cuiabá, v.1, edição 1, p. 15, dez. 2013.

FREITAS, Enos Figueredo. **Libras, abordagem teórica**. Bahia, 2015.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br>>, Acessado em 26 Mai. 2008.

MOURA, Maria Cecília de. **História e educação: o surdo, a oralidade e o uso de sinais**. São Paulo: Roca, 1997.

RINALDI, Giuseppe et al. **Educação especial deficiência auditiva**. Brasília- SEESP, 1997.

SILVA, Fábio Irineu et al. **Aprendendo libras como segunda língua**. Santa Catarina, 2007.